



Jornal Negócios 07-01-2020	Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 2399 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 12747	Página (s): 1/8/9

Megaprocessos e corrupção são entraves à Justiça

ECONOMIA 8 e 9

ABERTURA DO ANO JUDICIAL

A Justiça está melhor? A doutrina divide-se

A sessão solene de abertura do ano judicial foi pontuada por discursos otimistas sobre o estado da justiça, mas também com avisos entre os operadores judiciais. A corrupção e os megaprocessos que se arrastam em tribunal são apontados como as pedras na engrenagem.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

“**C**onsequimos controlar os efeitos da crise no sistema judicial” e “terminamos 2019 com o sistema de justiça a responder melhor no plano da celeridade, com mais dinamismo, mais agilidade”, garantiu Francisca Van Dunem. “A justiça portuguesa é uma instituição democrática, credível e reconhecida” e é hoje possível “exigir a todos os responsáveis políticos, e se possível também a alguns comentadores, que questionem a sua retórica sobre a crise na justiça”, afirmou, por seu turno o juiz conselheiro António Piçarra, presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Um e outro falavam na cerimónia solene de abertura do ano judicial, que decorreu esta segunda-feira em Lisboa e foi este ano pontuada por um discurso de otimismo sobre a situação da justiça em Portugal, mas também por críticas em relação a áreas que continuam a conjugar preocupações, nomeadamente a criminalidade económica.

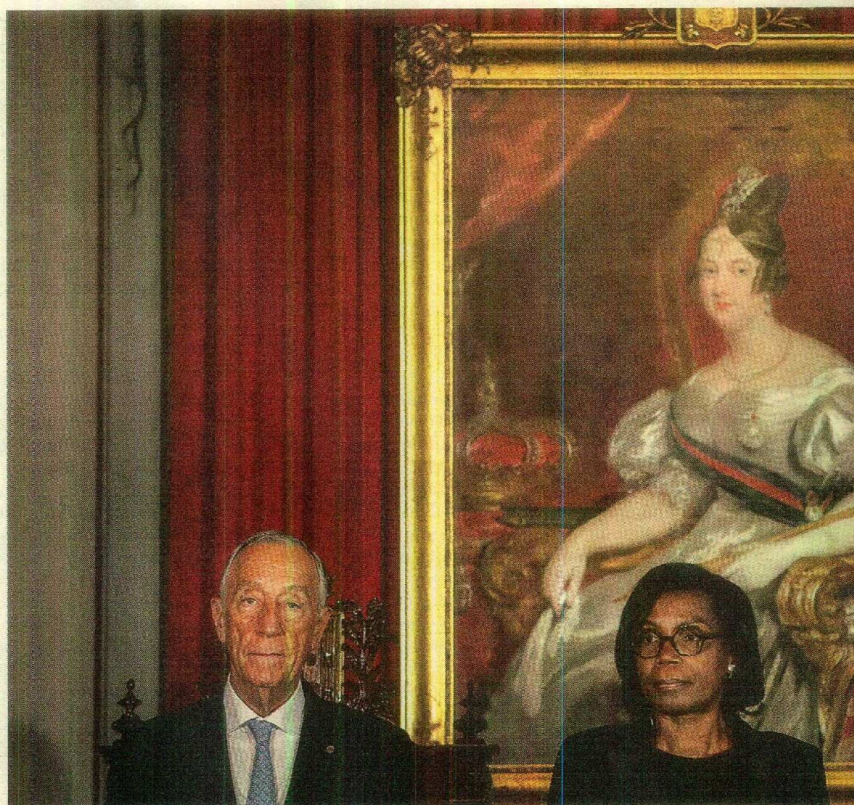
Francisca Van Dunem levou estatísticas e disse que “nos tribunais comuns o ano encerra com números mais baixos do que os de 1996: menos de 800 mil processos, numa tendência consolidada de redução de pendências”. Também António Piçarra, do STJ, falou da redução das pendências, incluindo nos tribunais superiores, e falou de estudos segundo os quais “a confiança nas instituições da justiça tem aumentado sensi-

velmente, situando-se agora nos 41%, subindo 10 pontos percentuais face a avaliações de há quinze anos”.

“Obviamente que a justiça continua a ter problemas muito sérios e profundos. Dizer o contrário seria estar fora da realidade ou seguir uma espécie de negacionismo sem sentido algum. Problemas sérios sim. Mas serão suficientes para continuar a afirmar a existência de uma crise?” O juiz conselheiro acredita que sim, mas é o primeiro a falar de “problemas estruturais”, como os megaprocessos, que resultam do atual sistema, e que enredam os magistrados, que esperam e desesperam pelos gabinetes de apoio previstos na lei, mas para os quais não há orçamento.

Também a Procuradora-geral da República atribuiu a demora nas investigações mais complexas sobre a criminalidade económico-financeira à falta de magistrados, especialistas e recursos materiais. Lucília Gago sustentou que o combate a fenómenos criminais, “de assinalável grau de sofisticação, e a especificidade das investigações obriga a um inevitável esforço de formação dos investigadores e implica um investimento de tempo e de recursos financeiros que não pode ser menosprezado e que reclama, antes de mais, a assunção de uma inequívoca opção estratégica, assumida com inquebrantável vigor”.

O combate à corrupção marcou também presença no discurso de Francisca Van Dunem. A ministra prometeu que “o reforço do nível de preenchimento dos quadros de magistrados do MP prosseguirá ao ritmo iniciado na anterior legislatura com o ingresso no Centro de Estudos Judiciais de 171 auditores e a previsão, para o ano de 2020, do ingresso



Marcelo, Van Dunem e António Piçarra na cerimónia de abertura do ano judicial, no Palácio Nacional da Ajuda.

“

Consequimos controlar os efeitos da crise no sistema judicial. (...) “2020 será, seguramente um ano ainda melhor.

FRANCISCA VAN DUNEM
Ministra da Justiça

de mais 65”. E sublinhou a “necessidade de uma intervenção de fundo, conducente a um melhor conhecimento do fenómeno e a uma maior aproximação entre a realidade e a perceção que dela se tem”.

É tudo uma questão de perceção?

Também Marcelo falaria dos megaprocessos. Com algum humor, o Presidente da República afir-

mou que “a justiça pode ser tão lenta, tão lenta, nos casos de especial complexidade, que para os crentes mais radicais passará a ombrear com a justiça divina por definição intemporal”. E entre tanto “os meses, os anos que vão decorrendo, tornam cada vez mais diluídas perceções, prejuízos públicos, e até a convicção e que haverá um fim daquela história, e a vaga sensação de que, quando aparecer esse fim,

Marcelo defende aumentos salariais dos magistrados

Bastonário arrasa delação premiada

O Presidente da República defendeu que os magistrados merecem ter um teto salarial superior ao do primeiro-ministro, enquanto os políticos terão de esperar.

“Alguns espíritos se chocaram com o ser possível a magistrados terem estatuto remuneratório superior ao de primeiro-ministro e mais próximo do de Presidente da República. Não consegui compreender o racional - como se diz agora - de tais perplexidades”, declarou esta segunda-feira o Presidente da República.

Marcelo falava durante a sessão solene de abertura do ano judicial e, referindo-se ao processo de revisão dos estatutos das magistraturas, no final da legislatura passada, defendeu que os magistrados merecem ter um teto salarial superior ao do primeiro-ministro e que a sua valorização remuneratória era urgente, enquanto os políticos terão de esperar.

Apontando o “prestígio social da justiça” como um dos cinco desafios do setor da justiça, Marcelo Rebelo de Sousa apontou destacou as alterações remuneratórias aprovadas como “um passo significativo, embora limitado” nesse sentido.

O chefe de Estado sustentou que “não é possível, ao mesmo tempo, criticar o anterior estatuto dos magistrados por depreciar o seu papel social, e atacar o novo e, aliás, contido reajustamento por significar menorização de outros titulares de órgãos de soberania de base eletiva”.

“No contexto vivido, valorizar as magistraturas ou, pelo menos, parcialmente as magistraturas, era premente. Ainda que sabendo que outras áreas de funções de soberania, como as Forças Armadas e as forças de segurança, ficariam expectantes perante mais

“

Os titulares de cargos políticos teriam e terão de esperar. (...) O bom senso determinava que quem mais é sujeito pelo voto ao escrutínio popular, mais deve dar o exemplo de contenção.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

”

acentuadas discrepâncias”, acrescentou.

No caso dos titulares de órgãos de soberania eleitos, para o Presidente da República, “é indesejável o reajustamento” das suas remunerações em tempos como os atuais, que descreveu como “largamente incertos e de impossibilidade de elevação de estatuto generalizado de titulares de cargos ditos políticos”.

“Os titulares de cargos políticos teriam e terão de esperar. Não por uma razão de clima popular adverso, razão essa tão do gosto de generalizações hoje mais correntes, nem em homenagem a sondagens de impopularidade”, mas porque “o bom senso determinava que quem mais é sujeito pelo voto ao escrutínio popular, mais deve dar o exemplo de contenção e comedimento”, defendeu. ■ FL/LUSA

A introdução de um sistema de delação premiada, “que o Senhor primeiro-ministro justificou com o facto de ainda não haver acusações no processo BES, ao contrário da celeridade com que o caso Madoff foi decidido na América”, vem mais uma vez confirmar que “as alterações à legislação processual penal em Portugal são feitas à boleia dos casos mediáticos”, afirmou esta segunda-feira o bastonário eleito da Ordem dos Advogados.

Na cerimónia de abertura do ano judicial, Menezes Leitão salientou que considera “preocupante este deslumbramento recente pelo sistema penal americano”, acrescentando que dele “importar a delação premiada representaria um grande retrocesso no nosso sistema penal português, constituindo um enorme atentado aos direitos de defesa, levando a que a investigação criminal seja substituída por uma mera recolha de confissões de arrependidos”, que “atenta totalmente contra a presunção de inocência, constitucionalmente consagrada”.

Sem se referir especificamente ao tema, a ministra da Justiça, também uma das participantes na cerimónia, afirmou depois que garantiu ainda que “na definição da estratégia nacional de combate à corrupção não se inscrevem nem a negação do princípio da legalidade nem a adesão de conveniência a modelos estranhos à tradição jurídico-penal portuguesa”.

Menezes Leitão, que só tomará posse na próxima semana, estreou-se nesta cerimónia anual com críticas várias ao Governo e exigiu a reabertura de todos os tribunais encerrados durante a crise. Lembrou que os advogados oficiosos não têm aumentos há 15 anos e criticou os aumentos para a Caixa de previdência. ■ FL

Mário Cruz/Lusa



será já tão tarde que um bocejo cansado substituirá a indignação de uma década antes, ou um encolher de ombros banalizará o veredicto, qualquer que ele seja”, acrescentou.

O Presidente admitiu que “a recuperação de pendências é um facto”, mas lembrou que “a imaginação insaciável do legislador multiplica situações e requer mais e melhores recursos”. Marcelo voltou a pedir uma “conver-

gência entre os parceiros” da justiça. “Agora que, passados os lances eleitorais, vemos responsáveis políticos, a começar nos governativos, terminarem 2019 e começarem 2020 com o aceno de renovada atenção ao combate à corrupção, em boa hora, é talvez tempo de recuperar o diálogo e a convergência entre parceiros da justiça, retomando caminhos que todos consideramos essenciais”, afirmou. ■